

Estado e Capital na China

RENILDO SOUZA

Salvador: EDUFBA, 2018. 285p.

*Jorge Almeida**

Com sólida base teórica e empírica, o autor, professor de economia e do PPGRI da UFBA, com pós-doutorado na SOAS-University of London e participação em eventos na China, nos apresenta, dentro do que há de melhor na crítica marxista, uma abrangente análise sobre a reorientação estratégica (política, econômica, financeira e ideológica) do partido-Estado chinês. Este construiu uma grande potência de capitalismo singular numa relação dialética entre diminuição da pobreza absoluta e aumento da desigualdade. Vejamos o conteúdo dos argumentos de Souza.

Destituído de todos os cargos durante a Revolução Cultural, Deng Shiao Ping volta à direção do PCCh depois da morte de Mao Tsé-Tung e, em 1978, lidera as reformas pró-mercado e uma ruptura global com o período “maoista” quando, apesar do fracasso do Grande Salto à Frente e da instabilidade durante a Revolução Cultural, tinha havido um importante avanço das forças produtivas. As reformas trouxeram grande avanço econômico e tecnológico e amplo protagonismo mundial, tornando a China uma desafiante dos EUA. Mas, com menções formais ao marxismo e ao socialismo, a nova linha, que não foi nem reivindicação popular nem simples versão chinesa da Nova Política Econômica (NEP), de fato, significou:

* Professor de Ciência Política na Universidade Federal da Bahia. E-mail: jorgealm@uol.com.br

- a) Desmantelamento das comunas populares, descoletivização da agricultura e permissão do comércio da posse e uso da terra. Está em estudo a privatização de terras.
- b) Criação das Zonas Econômicas Especiais para atrair capital estrangeiro, privatização das estatais e da maior parte da economia, maior autonomia na gestão das estatais e as “empresas coletivas” se tornaram, de fato, privadas.
- c) Estímulo a empresas, cooperativas e serviços privados e à propriedade privada em geral, que é um direito constitucional, legítimo e irrevogável.
- d) Adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, fim do monopólio do comércio exterior e fundação de Bolsas de Valores, na qual as ações de estatais fazem sucesso.
- e) Liberação do mercado de trabalho e fim da estabilidade nas estatais, trazendo insegurança social e fraca fiscalização. O direito de greve foi proibido e o sindicalismo oficial defende os interesses do Estado e das empresas privadas.
- f) Desmonte da seguridade social. O seguro desemprego atende a apenas 14% dos trabalhadores; a aposentadoria, 21% (majoritariamente do tipo capitalização); o seguro doença, 11%; a proteção aos acidentes de trabalho, 6%; e a licença maternidade, 5%. Só uma minoria tem habitação, assistência médica e educação pública de qualidade.
- g) A desigualdade explodiu: 2% das famílias detêm 60% da riqueza e 25% dos mais pobres têm 1%.

Foi um processo violento de acumulação primitiva e formação do proletariado e da burguesia, mais rápido que na Inglaterra. O Estado mantém uma forte estrutura de empresas estatais em setores estratégicos e nos bancos, presentes na lista das 500 maiores mundiais. Subsidiavam-se as empresas privadas, inclusive estrangeiras, e o Estado cria a infraestrutura e incentivos fiscais, promove associações entre privadas e estatais e garante baixos salários e condições de trabalho precárias. Em 2017, as privadas já tinham assumido 60,7% dos investimentos do Estado, açabarcavam mais de 80% dos empregos. No setor industrial, 79% são privados e as estatais recuaram a 23% do PIB industrial.

A China está totalmente integrada à economia mundial. Entre 1980 e 2001, recebeu 380 mil empresas de capital estrangeiro e, em 2002, se tornou a maior receptora do mundo. Quem primeiro chegou foi a burguesia da diáspora chinesa derrotada em 1949 e radicada em Hong Kong, Macau, Taiwan, Cingapura, Tailândia, Indonésia, Malásia e Filipinas.

Em 2006, 70% do PIB estavam relacionados ao comércio exterior e, desde 2014, o Investimento Direito Estrangeiro (IDE) exportado suplantou o importado. A tecnologia própria avançou, mas ainda depende muito de importações. A partir de 2008, houve uma aceleração com vistas ao *Going Global*, o *Made in China* e o *Belt and Road Initiative*, que sustentam as marcas, empresas e negócios no exterior.

Existem cinco grandes bancos, sendo quatro com participação majoritária estatal e uma concentração bancária em dez instituições. São bancos lucrativos, a serviço do mercado, que acumulam parte da mais-valia das empresas financiadas. Existem também bancos, financeiras e seguradoras privados, bancos estrangeiros e o Shadow Banking, que movimenta trilhões de dólares de modo desregulado. Em 2014, os ativos bancários controlados pelo estado caíram para 68,5% e há um processo de privatização por dentro. Sócios estrangeiros podem ter até 25% das ações dos bancos estatais e participam nas direções. Mas está prevista uma eliminação desses limites.

O processo de desenvolvimento da economia chinesa força para mais dominação do capital, da propriedade e gestão privadas, sem prejuízo da centralização de capital em cerca de 100 grandes estatais; o Estado não é negação do capital. Enfim, o Plano Quinquenal se tornou uma regulação do Estado a serviço do mercado.

Autoridades do partido, do governo e de empresas estatais e coletivas beneficiam-se da autonomia administrativa, da exploração da mais-valia, de bônus e gratificações, da participação nos negócios, das subsidiárias, da associação com o capital estrangeiro, das privatizações e dos saques de ativos das estatais, gerando divisão de classes.

Segundo o autor, as transformações são singulares porque o país teve um passado revolucionário recente, há particularidades da China milenar e uma enorme população. Mas a via escolhida gera uma relação entre mercado, propriedade privada e restauração do capitalismo, com tendências classistas sobre o sistema partido-Estado. O desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo mundial muda a China e se manifesta como capitalismo com características chinesas. Os resultados recuperaram o orgulho nacional, o que legitima as reformas que, paradoxalmente, têm como maiores beneficiários uma espécie de nova burguesia nacional (composta por capitalistas do continente e da diáspora), os burocratas do partido-Estado e setores da classe média. Do outro lado, estão os despojados, despossuídos, explorados e oprimidos, enfim, os trabalhadores.

A liderança de Xi Jinping trouxe o lema “Prosperidade é um objetivo, reforma é o progresso, o uso da lei é garantido, reforçar o partido é a chave” e seu pensamento foi colocado no nível do de Mao. Há uma maior centralização política no PCCh e o objetivo declarado é construir uma China superpotência com a redução das desigualdades, proteção ambiental, combate à corrupção e fortalecimento militar, naquilo que seria uma globalização mais aberta, justa e equilibrada – como se isso fosse possível. Mas um nacionalismo estreito não interessa à nova burguesia. Em 2020, o PCCh promete que a China será uma sociedade “medianamente próspera”. De 2035 a 2050, um “país socialista com prosperidade, força, democracia e cultura avançadas”.

A China precisa enfrentar a crise mundial, o conflito com os EUA, a acumulação intensiva com tecnologias avançadas, a corrosão da sociedade com antagonis-

mos de classe e os limites ambientais. A expansão requer mais mercados externos, mas a exportação de capitais traz acusações de imperialismo e expansionismo.

Independentemente de os dirigentes do PCCh desejarem o socialismo, objetivamente se enredam em ilusões e confundem as vitórias com a modernização, redução da pobreza, consentimento do povo e estatização, com socialização da produção e socialismo. Há uma reprodução da lógica do capital, de instituições capitalistas e a propagação de individualismo, consumismo, valores ideológicos e cultura burgueses e a ridicularização de movimentos radicais.

A resposta sobre “para onde vai a China?” não está pré-determinada. De fato, os trabalhadores não têm nem controle da produção, nem poder político, nem liberdade. Mas têm um legado de lutas revolucionárias.

Enfim, o livro é uma leitura indispensável para entender a China atual.